

ARTIGO

A rebelião de Kat River na imprensa colonial (Colônia do Cabo, África do Sul, 1850-1851)

The Kat River Rebellion in colonial press (Cape Colony, South Africa, 1850s-1860)

Evander Ruthieri da Silva

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu, PR, Brasil.

RESUMO: O objetivo do artigo incide sobre a problematização das percepções da “rebelião de Kat River” (1850-1851), nas fronteiras da Colônia do Cabo (atual África do Sul), a partir da imprensa colonial, com ênfase nos editoriais do jornal *The Graham's Town Journal*, publicado em Grahamstown (atual Makhanda). Kat River, um assentamento estabelecido pelo governo colonial em 1829, foi o epicentro de um movimento coletivo em defesa dos direitos à terra, promovido, entre outros grupos, por lideranças khoekhoe gonaqua que viviam na região e que se viam ameaçados pelo avanço das pautas colonialistas defendidas pelo colonato branco. A documentação analisada, ainda que vinculada à elite colonial e ao colonato branco que visava a ocupação das terras pertencentes às comunidades khoekhoe, possibilita mapear rastros fragmentários das resistências e lutas dos khoekhoe, bem como das diferentes relações sociais e políticas estabelecidas naquele contexto.

PALAVRAS-CHAVE: História da África; África do Sul; Colônia do Cabo; khoekhoe; colonialismo.

*E-mail: evander.silva@unila.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-5988-3739>

ABSTRACT: *The article focuses on the problematization of the perceptions of the ‘Kat River Rebellion’ (1850-1851), on the borders of the Cape Colony (present-day South Africa), based on colonial newspapers with emphasis on The Graham’s Town Journal’s editorials, published in Grahamstown (now Makhanda). Kat River, a settlement established by the colonial government in 1829, was the epicenter of a collective movement in defense of land rights, promoted, among other groups, by khoekhoe gonaqua leaders who lived in the region and who were threatened by the advance of colonialist agendas. defended by white settlers. The analyzed documentation, although produced by a colonial elite and white settlers that aimed to occupy lands belonging to khoekhoe communities, makes it possible to map fragmentary traces of khoekhoe’s resistance and struggles, as well as the different social and political relationships established in that context.*

KEYWORDS: African History; South Africa; Cape Colony; khoekhoe; colonialism.

Introdução

As populações que viviam na região correspondente à Colônia do Cabo (atual África do Sul), em especial os khoekhoe, foram afetadas de forma direta pela exploração colonial a partir do século XVII, sobretudo pela perda de suas terras e rebanhos, incorporação forçada à sociedade colonial na condição de mão de obra, ou ainda como alvos da violência colonial, pela perseguição gradativa e extermínio de suas comunidades. Essa situação agrava-se no início do século XIX, com a anexação da colônia às posses britânicas, quando ocorre um movimento constante de ampliação das fronteiras coloniais, sobretudo em decorrência da agricultura e pecuária em larga escala, o que ameaçava a autonomia de diversas comunidades africanas, em especial na região oriental do Cabo.

Ao longo desse período, os khoekhoe adotaram uma série de iniciativas para lidar com o colonato europeu, incluindo, em alguns contextos, resistências armadas em defesa de sua autonomia e na luta contra as pressões econômicas e a exploração colonial promovida pelos proprietários brancos ou pelo governo colonial. Um dos principais episódios foi a rebelião no assentamento de Kat River, entre 1850 e 1851, nas proximidades das fronteiras orientais da colônia, quando algumas comunidades khoekhoe e outros grupos descendentes de khoekhoe e europeus, aliados a contingentes de guerreiros xhosa, atacaram postos militares britânicos na região oriental do Cabo, em protesto contra a gradativa perda de suas terras e o avanço da influência política dos fazendeiros e colonos britânicos.

O artigo problematiza as narrativas produzidas acerca da rebelião de Kat River na imprensa colonial, com ênfase nos editoriais do jornal *The Graham’s Town Journal*, produzido na cidade de Grahamstown (atual Makhanda), na região oriental do Cabo, majoritariamente entre os meses de dezembro de 1850 e março de 1851¹. Foram selecionados, em particular, editoriais e notícias que informavam sobre os ataques promovidos pelos insurgentes, que versavam sobre as experiências e trajetórias das lideranças do movimento, bem como as operações de repressão promovidas pelo colonato britânico. Ainda que vinculados a uma visão de mundo difundida entre os grandes proprietários, contrários aos ideais liberais e favoráveis à ocupação das terras de Kat River pelos colonos, a documentação elencada possibilita mapear testemunhos indiretos das lutas dos khoekhoe e rastros fragmentários de suas motivações políticas na metade do século XIX.

1 O periódico foi acessado a partir da *Digital Collections* da *Center for Research Libraries* (CRL). Todas as traduções são livres. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/31665/calendar>. Acesso em: 12 de set. 2022.

Por isso, mesmo que pertencentes à “biblioteca colonial” (expressão de Valentin Mudimbe), tais documentos permitem mapear diversas ações e interações promovidas pelos khoekhoe na defesa de sua autonomia, ao reagirem contra a crescente influência política dos fazendeiros brancos: mesmo em uma sociedade fortemente marcada pelo colonialismo, os khoekhoe que viviam nas fronteiras coloniais encontraram possibilidades para articular alianças, lutar por seus direitos e promover espaços de resistência.

Os khoekhoe diante do colonialismo

A ocupação colonial na Colônia do Cabo esteve associada inicialmente à Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC) e às invasões de holandeses, alemães e franceses que migraram para a região a partir do século XVII, motivados por interesses econômicos, sobretudo a participação em rotas comerciais ultramarinas e nas atividades agrícolas e pecuária, e também por questões religiosas, mormente para escapar das perseguições religiosas contra protestantes huguenotes após a revogação do Édito de Nantes em 1685. Os descendentes desses grupos passaram a ser conhecidos, pelo menos desde meados do século XVIII, como “bôeres” (“fazendeiro”, na língua afrikaans). A partir das primeiras décadas do século XIX, quando a Colônia do Cabo passou ao domínio britânico, um fluxo cada vez mais constante de britânicos direcionou-se ao sul da África, principalmente na década de 1820, o que provocou mudanças político-administrativas e econômicas, como, por exemplo, a expansão do capital agrário e de ideais de livre comércio, implicando em novas estratégias voltadas ao controle da mão de obra e à desapropriação das terras de comunidades nativas (Legassick; Ross, 2009).

A região já estava ocupada, há muito tempo, por populações nativas, dentre as quais aquelas identificadas coletivamente como povos khoekhoe e povos san (ou, ainda, agrupados na designação khoisan), sociedades pastoris e caçadoras-coletoras, de caráter nômade ou seminômade, e falantes de línguas khoe. Os khoekhoe ou khoisan, referenciados na documentação colonial como “hotentotes” (grupos khoe) e “bosquímanos” (grupos san) – termos hoje considerados pejorativos – fizeram parte dos primeiros povos afetados mais diretamente pelo colonialismo no sul da África (Wright, 1996). Os ancestrais dos khoekhoe migraram da região atualmente ocupada pela Botsuana, dispersando-se pelo Zimbábue e pelo sudoeste da África do Sul, por volta do primeiro milênio, em busca de terras para pastagem: enquanto uma parte dessas levas migratórias, que correspondiam aos ancestrais dos khoekhoe do Cabo, migrou rumo à costa ao sul, outra parte deslocou-se em direção ao oeste, alcançando a atual Namíbia, onde seus descendentes ficaram conhecidos coletivamente como nama ou namaqua (Elphick; Malherbe, 1989). Uma parte das comunidades khoekhoe, conhecidas individualmente na documentação produzida durante o período colonial como cochoqua, guriqua, chainouqua e hessequa, vivia nas proximidades da Baía da Mesa, na atual Cidade do Cabo, onde condições climáticas, tais como as constantes chuvas e a abundância de pastagens, garantiam relativa estabilidade para os grupos pastoris na região. Outras comunidades khoekhoe mais distantes, localizadas onde posteriormente se estabeleceu a parte oriental da Colônia do Cabo, ficaram conhecidas como inqua, gonaqua, damasqua e hoengeyqua.

Os primeiros contatos entre europeus e os khoekhoe possivelmente ocorreram no final do século XVI e início do século XVII, quando navegadores e comerciantes europeus que passavam pelo Cabo da Boa Esperança rumo às Índias estabeleceram relações econômicas com os khoekhoe envolvidos com o pastoreio: já nas primeiras décadas de passagem europeia no Cabo, participavam da comercialização de gado e de marfim, além de atuarem como guias, intermediários e intérpretes, o que levou a diversas representações dos khoekhoe como povos “dóceis” e coniventes com a presença colonial. A situação se alterou a partir da metade do século XVII, quando a região passou para a administração da VOC, o que resultou na expansão gradativa das fronteiras da Colônia do Cabo, acarretando na perda de terras e de rebanhos dos khoekhoe, além da introdução do trabalho escravizado (Armstrong; Worden, 1989, p. 110-122). Assim, as comunidades khoekhoe passaram, muito rapidamente, a ser alvo da exploração colonial. Sua organização social foi afetada com as invasões, pela perda das terras para pastagem, o que culminou na sua incorporação pela sociedade colonial na condição de mão de obra; além disso, parte de sua população foi dizimada por epidemias de varíola trazidas pelos europeus no século XVIII (Marks, 1972).

Para muitos khoekhoe no interior, a expansão do colonato levou à desestruturação das suas organizações sociais e de sua autonomia política. Na virada do século XVIII, os grupos mais próximos da colônia já estavam empobrecidos como consequência da perda de terras para pastagem de gado, e mesmo grupos que haviam cooperado com o colonato perderam quase todos os seus rebanhos. Assim, sem terras ou rebanhos, muitos khoekhoe forçadamente transformaram-se em mão de obra para os fazendeiros holandeses e seus descendentes, principalmente como pastores, reproduzindo e atualizando práticas culturais enraizadas na sociedade khoekhoe há muito mais tempo: famílias que, ao perderem seus rebanhos, se assujeitavam a outros chefes khoekhoe, mesmo que temporariamente, até recuperar seu gado em troca de trabalho (Elphick; Malherbe, 1989, p. 16-17). A incorporação à sociedade colonial, contudo, não fornecia nenhuma garantia de sobrevivência socioeconômica, de modo a gerar ciclos de dependência com relação ao colonato, reforçando formas de trabalho compulsório ou servil (Elbourne, 2003, p. 383). No final do século XVIII, com a expansão das fronteiras coloniais rumo ao norte e a leste, o governo “permitiu aos trekboers carta branca para excluir os [khoekhoe] de qualquer terra que almejassem. Adicionalmente, eles receberam autorização para capturar e acrescentar à sua força de trabalho os [khoekhoe] resistentes que não fossem mortos – em sua maioria, mulheres e crianças” (Elphick; Malherbe, 1989, p. 27).

No início do século XIX, quando a Colônia do Cabo foi incorporada às posses britânicas, a administração colonial codificou a exploração do trabalho nativo, reforçando práticas que já vinham sendo feitas de forma autônoma pelo colonato bôer há décadas: uma dessas primeiras medidas ocorreu em 1809, por meio da lei conhecida como “Código Caledon”, que atendia às demandas dos fazendeiros da província oriental da colônia, por um controle maior da mobilidade de seus trabalhadores khoekhoe, obrigando-os a carregar um passe de identificação emitido por seu mestre ou por um oficial colonial, que os vinculava, de forma fixa, aos seus empregadores; ademais, a legislação regulamentava o uso do chicote para punir trabalhadores acusados de insubordinação ou preguiça (Breckenridge, 2008, p. 7). O Código Caledon formalmente assujeitava todos os khoekhoe à legislação, exigindo um registro de passe para permitir o deslocamento entre diferentes distritos, prática utilizada, pelo menos desde o século XVIII, como medida de controle da movimentação da população escravizada. Leis subsequentes, na década de 1810, também formalizavam o sistema de “aprendizes”, isto é, um regime de trabalho compulsório, sem remuneração, para crianças khoekhoe por um período de dez anos (dos 8 aos 18 anos) (Magubane, 2001, p. 76-77).

A administração colonial, influenciada pelo movimento humanitarista promovido por missionários, delimitou a exploração do trabalho khoekhoe por intermédio da Ordenação 50 de 1828, lei que permitia a circulação livre de khoekhoe sem o porte de passes, garantia o direito à posse de terras, inviabilizava o trabalho infantil sem a permissão familiar e proibia castigos físicos nas relações de trabalho. Em termos jurídicos, a Ordenação 50 garantia aos homens khoekhoe incorporados à sociedade colonial os mesmos direitos que homens brancos. A aprovação da Ordenação 50 ampliou os espaços de reivindicação khoekhoe, de modo que, poucos meses após a promulgação da lei, petições foram enviadas reivindicando terras com base em direitos ancestrais ou enfatizando a participação formal de khoekhoe em regimentos coloniais; contudo, outros trabalhadores khoekhoe, agora livres das relações de servidão pela Ordenação 50, deixaram suas antigas fazendas desterrados, sem opção além de se tornarem posseiros ou recorrerem ao banditismo (Malherbe, 1997). Apesar da nova legislação, as demandas por mão de obra barata e acessível, principalmente pelos pequenos e grandes latifúndios controlados pelo colonato branco, bem como as pressões políticas exercidas pelos colonos sobre o governo, perpetuaram uma exploração contínua de muitas comunidades khoekhoe no Cabo.

É preciso destacar que, além da legislação laboral, as comunidades khoekhoe também foram alvo do missionarismo europeu, principalmente de instituições como a London Missionary Society ou a Wesleyan Missionary Society a partir do final do século XVIII. Muitos desses missionários defendiam a assimilação dos nativos à sociedade colonial por meio da educação cristã, e estavam envolvidos em campanhas contrárias à escravização, demarcando uma relação entre a exploração do trabalho e a condição marginalizada de grupos como os khoekhoe. Enquanto o colonato do período insistia no caráter irremissível dos khoekhoe, descrevendo-os enquanto grupos incapazes de viver de forma autônoma, o que justificaria sua escravização, na escrita dos missionários do período, sobretudo da London Missionary Society, os khoekhoe eram retratados como “bons selvagens”, degradados apenas pela exposição ao trabalho escravizado e regenerados pela educação cristã e trabalho livre (Magubane, 2001, p. 80-81). Ao defender as populações nativas do Cabo, os missionários da London Missionary Society também entraram em conflito com os grandes proprietários, em especial por dificultarem o acesso desses fazendeiros à mão de obra africana.

Mesmo que representados em parte dos discursos produzidos pela sociedade colonial como coniventes à presença europeia, as comunidades khoekhoe promoveram episódios de defesa pela sua autonomia ao longo dos séculos XVII e XVIII, principalmente em expedições voltadas a recuperar gado roubado e envolvendo-se no que ficou conhecido como “guerras bosquímanas” (*bushman wars*) ou “guerras khoekhoe-holandesas” no século XVII (Marks, 1972, p. 55-80). Também houve registros de petições organizadas nas missões religiosas, protestando contra a legislação laboral e a proposta de criminalização da vadiagem na década de 1830, cujo projeto de lei, posteriormente vetado, afetaria diretamente as comunidades khoekhoe destituídas de terra e emprego formal: era evidente “para os khoekhoe que estavam sendo expostos com base na sua raça. [...] A petição cuidadosamente apontava a contínua natureza irracional da discriminação de brancos contra africanos, e destacava os perigos de conceder ao comportamento discriminatório a força da lei” (Magubane, 2001, p. 90). Apropriando-se do discurso religioso difundido pelos missionários, os khoekhoe responsáveis pela petição defendiam a igualdade diante da providência divina, apresentando-se como uma raça em rápido aprimoramento graças à introdução da cristandade, do trabalho e da civilização.

Entre 1799 e 1803, algumas lideranças khoekhoe, aliadas a grupos de xhosa gqunukhwebe se envolveram em uma revolta contra o colonato na região de Zuurveld (na província oriental da Colônia do Cabo). Os xhosa, povos de língua e cultura Nguni concentrados nas fronteiras e na parte oriental da Colônia do Cabo, principalmente numa região entre as bacias dos rios Sundays e Mbhashe, foram alvo da contínua exploração nos latifúndios, e tiveram sua autonomia ameaçada pela expansão contínua das fronteiras coloniais. Essa situação levou a uma série de “guerras das fronteiras” (também conhecidas como “guerras xhosa”), a partir do final da década de 1770 e que perduraram até meados da década de 1870 (Peires, 1982). Disputas por território levaram a conflitos entre, de um lado, os xhosa gqunukhwebe aliados a trabalhadores khoekhoe e de outro, os fazendeiros bôeres e o governo colonial nas fronteiras entre 1799 e 1803. Em diversos documentos coligidos nas décadas posteriores, os testemunhos das lideranças khoekhoe já evidenciam um claro desconforto com a presença colonial europeia: na declaração de um dos líderes da revolta de 1799-1803, o khoekhoe Klaas Stuurman, o objetivo era “restaurar [...] a terra da qual nossos pais foram roubados pelos holandeses, e não temos mais nada a exigir. [...] Vivíamos muito contentes, ele disse, antes desses saqueadores holandeses nos atormentarem, e porque não poderíamos viver novamente se nos deixassem livres?” (Barrow, 1801, p. 110).

Essas insurgências contêm pelo menos dois elementos ilustrativos de outros episódios de luta contra as forças da colonização: esses movimentos ocorrem nas fronteiras da província oriental da Colônia do Cabo, num espaço de contatos e interações entre os khoekhoe e outros povos afetados pelos avanços do colonialismo, em especial os xhosa; e coincidem com a atividade missionária na região, mormente a London Missionary Society, e especificamente do missionário holandês Johannes van der Kemp, o qual, na sua missão em Bethelsdorp, abrigou diversos khoekhoe revoltosos em fuga das fazendas bôeres. O processo de conversão desses khoekhoe ao cristianismo promoveu uma reconfiguração nas suas relações com o colonato branco, garantindo aos khoekhoe uma sensação de “dignidade que havia sido negada quando eram servos nas fazendas bôeres. Sob Van der Kemp e seu sucessor, James Read, os khoekhoe de Bethelsdorp começaram a se enxergar como verdadeiros cristãos, e os bôeres, e mais tarde, os britânicos no Cabo Oriental, como apóstatas” (Ross, 1997, p. 94). O discurso religioso, ressignificado em contextos de interação colonial, servia de base para as reivindicações e resistências de grupos khoekhoe diante da violência e opressão promovida pelo colonato branco na Colônia do Cabo.

A rebelião de Kat River em perspectiva

Um dos principais exemplos de iniciativas khoekhoe consiste no que ficou conhecido pela historiografia como “rebelião de Kat River” (1850-1851), na província oriental da Colônia do Cabo. O assentamento de Kat River foi estabelecido em 1829, quando as autoridades do Cabo expulsaram comunidades xhosa que, até então, ocupavam a região da nascente de Kat River, um afluente do Great Fish River, próximo às fronteiras da porção oriental da colônia. A remoção dessas comunidades xhosa ocorreu em um contexto de expansão das fronteiras da colônia, agora limitadas pelo rio Keiskamma. Para inviabilizar o retorno dos xhosa, a administração do Cabo optou por ocupar a região com famílias khoekhoe, além de outras comunidades e alguns colonos brancos. Assim, desde as suas origens, o assentamento de Kat River era interpretado, do ponto de vista das autoridades coloniais, como uma “zona-tampão”: uma área fronteira que separaria a Colônia do Cabo dos territórios xhosa.

A região já havia condicionado fluxos culturais e interações entre os khoekhoe e os xhosa: pelo menos desde o final do século XVIII, diversos khoekhoe gonaqua fugiram dos proprietários brancos, sobretudo na região entre os rios Gamtoos e Fish, e se refugiaram ou assujeitaram junto ao chefe Maqoma, um dos principais chefes xhosa. Além disso, algumas lideranças assentadas em Kat River, como Hermanus Matroos, já possuíam uma longa trajetória de travessias entre as fronteiras coloniais e as comunidades xhosa. Outros khoekhoe gonaqua, vinculados à London Missionary Society, receberam autorização do governo colonial para estabelecer-se no assentamento de Kat River, supervisionados por um *veldkornet* (oficial de campo) gonaqua chamado Andries Botha (Kirk, 1973, p. 412-413). Muitas dessas lideranças, incluindo Botha, haviam previamente servido às tropas coloniais, recebendo terras em Kat River como recompensa por suas ações, inclusive em conflitos contra os xhosa.

Além das aproximadamente 230 famílias khoekhoe, cerca de 70 famílias descendentes de khoekhoe e europeus foram assentadas em Kat River. Esses grupos eram identificados no período como “Bastaards”, os quais haviam adotado a língua holandesa e valores europeus, desassociando-se, portanto, da comunidade gonaqua. Os Bastaards de Kat River estavam sob a liderança do capitão Christien Groepe. Uma parte das famílias no assentamento era oriunda das missões religiosas de Theopolis e Bethelsdorp, e estavam sob a esfera de influência política e religiosa da London Missionary Society. Mais tarde, o assentamento também recebeu famílias de origem thembu², mfengu³ e xhosa gqunukhwebe, oriundos de fora da colônia. Algumas famílias desses grupos destituídos de gado ou terras submetiam-se, em relações laborais, aos gonaqua na condição de pastores. O assentamento de Kat River, sob a supervisão de um magistrado, foi dividido em cinco distritos, administrados por indivíduos designados pelo governo colonial sob o título de “capitães”, incluindo Andries Botha, cuja influência política era particularmente expressiva sobre os khoekhoe gonaqua com parentescos entre os xhosa.

Pelo menos desde a década de 1830, a existência do assentamento era minada pelos proprietários brancos, em especial fazendeiros envolvidos com a criação de ovelhas e oriundos de Grahamstown (atual Makhanda), uma das principais cidades na parte oriental do Cabo. Os posicionamentos do colonato em Grahamstown ficaram explícitos nos escritos de uma de suas lideranças, Robert Godlonton, editor do *The Graham's Town Journal* e parte de um movimento separatista que defendia transformar a parte oriental da Colônia do Cabo numa colônia autônoma. Ao descrever as guerras xhosa em 1836, Godlonton caracterizava o estado do assentamento de Kat River como um risco à segurança da colônia: “era um fato conhecido que muitos dos seus habitantes tinham o hábito de frequentar os territórios de nativos, embora fortemente proibidos pelas autoridades coloniais. Também era bem entendido que muitos deles eram nativos ou tinham parentes e amigos entre as forças invasoras” (Godlonton, 1836, p. 46).

2 Os thembu constituem um dos principais grupos que compõem o complexo étnico-linguístico xhosa na região sudeste da atual África do Sul. No século XIX, seu território situava-se predominantemente na área entre os rios Kei e Mbashe. Os Thembu mantinham estruturas políticas centralizadas e relações dinâmicas com outros grupos africanos e com o governo colonial britânico, especialmente a partir da incorporação do Cabo Oriental ao Império Britânico. A crescente pressão colonial, as guerras das fronteiras (frontier wars) e as transformações provocadas pela penetração missionária e comercial afetaram profundamente a organização social e econômica thembu durante esse período.

3 Os mfengu eram um grupo diversificado, formado majoritariamente por refugiados de guerras e deslocamentos no início do século XIX. Estabelecidos no Cabo Oriental sob proteção britânica, foram frequentemente utilizados como aliados pelos colonizadores nas guerras contra os xhosa, o que lhes conferiu uma posição ambígua nas dinâmicas coloniais e interétnicas da região (Cf. Stapleton, 2009).

A despeito do tom acusatório, o testemunho de Godlonton indiretamente referenciava um elemento importante das relações sociais construídas pelos khoekhoe, em especial os diferentes tipos de interações, tais como redes de parentesco, com outras comunidades, a exemplo dos xhosa, que viviam fora das fronteiras coloniais. Godlonton era incapaz de identificar as relações de trabalho e uso das terras mobilizadas pelos habitantes de Kat River, muitos dos quais, vinculando-se uns aos outros por redes de assujeitamento voluntário, atualizavam relações econômicas e políticas muito mais antigas entre grupos khoekhoe e xhosa em novos contextos coloniais.

O assentamento foi afetado pela sexta guerra das fronteiras entre 1834-1835, quando seus habitantes foram realocados provisoriamente em postos militares, deixando as propriedades expostas aos ataques mútuos de tropas coloniais e guerreiros xhosa. A sétima guerra das fronteiras (1846-1847) também afetou as comunidades, visto que muitas das propriedades foram assoladas durante os conflitos. Com o final da guerra e o retorno ao assentamento, observou-se uma série de tensões entre as comunidades, sobretudo entre os khoekhoe gonaqua e as famílias Bastaards. O problema atingiu uma inflexão ao longo de 1849, quando centenas de mfengu, cujas habitações haviam sido destruídas por ordens do governo da colônia para vender as terras a famílias de colonos, também foram assentados em Kat River: do ponto de vista da população gonaqua, essa nova leva de famílias mfengu não representava mão de obra adicional, mas sim uma força rival no uso das terras. Finalmente, na década de 1840, o governo colonial indicou, para exercer a função de magistrado no assentamento de Kat River, uma série de indivíduos contrários à autonomia e aos direitos das comunidades khoekhoe: no jogo das tensões do período, as discussões acerca do estabelecimento de uma assembleia parlamentar no Cabo suscitaram rumores sobre a possibilidade do revogamento da Ordenação 50 e o retorno de medidas discriminatórias.

Em 1850, essa situação tensa convergiu com a eclosão da oitava guerra das fronteiras. Naquele momento, grupos xhosa desterrados promoveram uma revolta contra as forças coloniais. Eram liderados por um profeta Mlanjeni, o qual alegava tornar os guerreiros invulneráveis aos ataques das tropas coloniais. Em questão de pouco tempo, o movimento teve adesão dos ngqika, uma das principais comunidades xhosa nas fronteiras da região oriental do Cabo, liderados na época pelo chefe Sandile. Os xhosa avançaram pelas fronteiras da colônia, atacando e destruindo diversos vilarejos, tendo, como alvo, os proprietários britânicos que responsabilizavam por suas agruras (Legassick; Ross, 2009, p. 308). Quando o governo da Colônia do Cabo enviou ordens para os habitantes do assentamento apoiarem as tropas coloniais em dezembro, parte da comunidade de Kat River se recusou. Um dos colonos, Hermanus Matroos, acompanhado de dezenas de seguidores, optaram por se juntar aos xhosa ngqika na guerra, apoiados por uma grande força composta por tropas gonaqua.

Em janeiro de 1851, a coalisão de khoekhoe e xhosa atacou um posto militar britânico nas redondezas, o Forte Beaufort, construído em terras anteriormente pertencentes aos gonaqua. Andries Botha, uma das principais lideranças gonaqua, juntou-se, talvez relutantemente, ao movimento revoltoso, em especial após ser ameaçado por colonos britânicos. ‘Bastaards’ sem terras, homens oriundos das missões religiosas de Shiloh e Theopolis se uniram à luta contra as tropas coloniais. Outra liderança do movimento, um colono rebelde chamado Willem Uithaalter, também tentou conseguir apoio das lideranças griqua⁴, Adam Kok e Andries Waterboer, alertando-os sobre os riscos representados pelo avanço da legislação discriminatória (Kirk, 1973, p. 424-425).

4 Os griqua eram um grupo socialmente mestiço e politicamente autônomo originado de populações khoekhoe e de colonos europeus, sobretudo trekboers, no Cabo. No século XIX, migraram para o interior da África Austral, formando comunidades organizadas sob liderança própria, como em Griquatown e Philippolis. Atuaram como intermediários entre o poder colonial e grupos africanos, e sua história revela as complexas fronteiras raciais, culturais e políticas da região (Cf. Waldman, 2007).

O alvo inicial dos ataques organizados pela coalisão de xhosa-khoekhoe eram os fortes e postos militares britânicos na região (Forte Cox, Forte White, Forte Beaufort e Forte Hare); após o fracasso das operações iniciais, e a morte de Hermanus Matroos em janeiro de 1851, os conflitos foram concentrados na região de Waterkloof, nas proximidades do vale de Kat River.

Dentre as causas da revolta de Kat River, incluía-se a gradativa tomada de terras e de gado pelo colonato branco, e uma percepção, compartilhada pela comunidade khoekhoe e outros grupos no assentamento, de que as condições econômicas eram cada vez mais favoráveis aos proprietários brancos, ameaçando o pastoreio de gado em pequena escala em Kat River (Carline, 2015, p. 32). Além do realocamento de famílias mfengu para o assentamento, nos meses antes da revolta, o governo colonial também havia estabelecido taxas no corte de madeira, um dos principais meios de sobrevivência econômica dos moradores de Kat River. Por fim, o assentamento de Kat River foi criado no contexto da promulgação da Ordenação 50 de 1828, que previa a integração política dos khoekhoe na vida pública da colônia; nas vésperas da revolta, uma petição enviada ao governo, em nome dos moradores de Kat River, assinalava temores de que o crescimento da influência política de fazendeiros e proprietários da província oriental do Cabo botaria um fim nos direitos dos khoekhoe, assegurados por lei (Fairbarn, 1851, p. 116).

A revolta de Kat River foi violentamente reprimida pelas forças coloniais, que também mobilizaram um contingente de tropas compostas por soldados de origem mfengu, de modo a explorar as hostilidades latentes entre os gonaqua e os mfengu. Os envolvidos de forma mais direta com a revolta foram exilados para a região montanhosa de Bain's Kloof, para atuar, forçosamente, na construção de estradas, enquanto outros foram capturados e executados instantaneamente. Andries Botha, uma das principais lideranças khoekhoe no assentamento de Kat River foi preso pelas tropas de policiamento colonial e condenado à morte por alta traição, pena depois adiada e perdoadada. Outros grupos de revoltosos que não foram capturados foram forçados a migrar rumo à cordilheira dos Drakensberg, sobrevivendo, por alguns anos, em terras cedidas por um chefe xhosa, Sarhili, próximo ao rio White Kei. Após a revolta, muitas terras de Kat River foram gradativamente ocupadas por fazendeiros brancos oriundos de Grahamstown (Ross, 1997, p. 102-103); os habitantes que permaneceram na região continuaram a enviar petições, nas décadas seguintes, em defesa de suas propriedades, mobilizando um discurso religioso de aprimoramento moral, laboriosidade, respeitabilidade social e cristandade para se legitimar.

Percepções e narrativas de Kat River

O movimento revoltoso de Kat River foi noticiado e discutido em diversos jornais na Colônia do Cabo na década de 1850. Um exemplo reside nos editoriais e notícias publicadas no *The Graham's Town Journal*, periódico vinculado a Robert Godlonton e aos grandes fazendeiros na província oriental da Colônia do Cabo. Considerado como o primeiro jornal da província oriental, o *Graham's Town Journal* iniciou sua circulação em dezembro de 1831, no distrito de Albany. Editado e impresso por L. H. Meurant e, a partir de 1834, por Robert Godlonton, o periódico representava os posicionamentos da comunidade britânica nas regiões de fronteiras, politicamente conservadoras e contrárias à adoção de políticas liberais (Harlington, 1969, p. 15-28). Com efeito, uma das primeiras contribuições de Godlonton ao periódico foi uma descrição do assentamento de Kat River em junho de 1832, onde contrastava a “capacidade das *coloured classes* em exercer os deveres de desenvolvimento” aos “vícios prevalecentes dos hotentotes”, especialmente “o desejo de licores espirituosos” (*Graham's Town Journal*, 09/07/1832, p. 2), reverberando preconceitos disseminados entre o colonato branco que relacionavam a ociosidade do nativo ao consumo desenfreado do álcool.

Em um editorial publicado em 21 de dezembro de 1850, momento em que ocorriam as primeiras articulações de xhosa e khoekhoe, o *Graham's Town Journal* já anunciava que “a presente comoção na nossa fronteira, iniciada pela incursão antecipada rumo à colônia de tribos nativas, deu origem a inumeráveis opiniões acerca do melhor modo de lidar com esse povo turbulento e incansável” (*Graham's Town Journal*, 20/12/1850, p. 2). Nas condições presentes, o editorial assegura aos leitores que os nativos “saquearam a Colônia para satisfazer seus corações, eles banqueteariam gloriosamente sobre os gordos rebanhos do fazendeiro colonial, e ainda assim não estão satisfeitos!” (*Graham's Town Journal*, 20/12/1850, p. 2). Representando as perspectivas do colonato na província oriental, em franca expansão de terras para pecuária em larga escala, o editorial defende uma única solução: o estabelecimento da supremacia britânica sobre as terras e as populações nativas. Quanto ao assentamento de Kat River, o mesmo editorial nutria expectativas de que seus moradores “tinham um interesse em comum com toda a Colônia. Muitos dos seus habitantes daquela localidade são fazendeiros inteligentes e ativos” e, se convocados, aptos a defender as fronteiras diante de um “inimigo em comum” (*Graham's Town Journal*, 20/12/1850, p. 2). Ao associar o assentamento a um grupo social em específico (“fazendeiros inteligentes e ativos”), o discurso mobilizado reforçava o princípio de integração de Kat River à sociedade colonial como uma “zona-tampão”, secundarizando, por exemplo, a presença de grupos xhosa, thembu ou mfengu estabelecidos na região, muitos dos quais, gradativamente, envolveram-se na revolta.

Essas expectativas parecem ter sido frustradas poucas semanas depois, quando a página de abertura da edição de 04 de janeiro de 1851 anunciava que “vários habitantes do assentamento de Kat River, incluindo [o distrito] de Blinkwater, se juntaram a um bando rebelde sob o nativo Hermanus Matroos, um súdito britânico, com o qual um grupo de pessoas comete saques e ataques” (*Graham's Town Journal*, 04/01/1851, p. 1). A nota reproduzia certa ideia de conivência e passividade por parte dos khoekhoe envolvidos nas ações, ao assinalar que “acredita que muitas dessas pessoas equivocadas agiram por medo e compulsão e, tendo muita fé na lealdade do povo Hotentote” (*Graham's Town Journal*, 04/01/1851, p. 1) garantia anistia a qualquer um que se entregasse nos fortes britânicos ou postos militares em Kat River. A tendência continuou nas semanas seguintes, em especial ao noticiar a morte de Matroos, em conflito no Forte Beaufort: “Hermanus foi morto com tiros! E seus bandidos totalmente derrotados e forçados a refugiar-se no abrigo de sua fortaleza em Blinkwater. Parece que o grande objetivo deste rebelde era destituir de sua fidelidade à coroa britânica os moradores de Kat River” (*Graham's Town Journal*, 11/01/1851, p. 3). A “morte muito merecida” de Matroos teria, na perspectiva do noticioso, múltiplos efeitos, como a captura dos rebanhos de seus “bandidos”, o alívio dos “colonos da fronteira que se engajaram na causa justa” e um teste de “bravura e fidelidade dos Fingos [Mfengus]” (*Graham's Town Journal*, 11/01/1851, p. 3) que cooperaram com as tropas coloniais. Nas entrelinhas dessas e outras notícias, estava subjacente uma perspectiva acerca da incapacidade de autogoverno dos moradores de Kat River os quais, “por medo e compulsão”, estariam à mercê de “chefes rebeldes”.

Posteriormente, o *Graham's Town Journal* ainda relacionava a adesão à revolta ao fato de que “Hermanus, o rebelde, antes de sua morte instigou as pessoas a juntar-se à sua classe” após disseminar entre “os hotentotes de Kat River um bom tanto de tolices professadas aos seus ouvidos sobre direitos de voto [*franchise*]” (*Graham's Town Journal*, 25/01/1851, p. 2). Nesse ponto, o periódico referenciava um dos grandes debates subjacentes às transformações políticas na Colônia do Cabo entre as décadas de 1840 e 1850: o estabelecimento de um governo representativo (por meio de um parlamento local, liderado por um primeiro ministro eleito na colônia) e, em consequência, a oficialização do sufrágio baseado no critério censitário (estipulado em 1850 no valor de £25), e não em demarcadores raciais, o que provocou fortes reações dos colonos conservadores, especialmente os fazendeiros britânicos da província oriental.

Setores conservadores do colonato britânico, liderados por Godlonton, temiam que esse sistema de voto censitário levaria a uma predominância de eleitores africanos, influenciados politicamente pelos missionários, ou ainda garantiria a vitória do eleitorado bôer. De modo paralelo, essas preocupações também afetavam os grupos envolvidos com a revolta de Kat River, muitos dos quais temiam que o parlamento da Colônia do Cabo seria ocupado por representantes do colonato da província oriental, os quais promoveriam leis coercivas ou minariam os direitos da população khoekhoe (Legassick; Ross, 2009, p. 307). Por isso, depreende-se que a revolta de Kat River não era apenas uma disputa por terras ou rebanhos – também era um conflito baseado na defesa e na garantia de direitos políticos para uma fração da população colonial cuja autonomia era minada pelos fazendeiros brancos.

Ainda que, nas primeiras semanas, o editorial do *Graham's Town Journal* nutrisse uma perspectiva de que os envolvidos de Kat River haviam sido coagidos à revolta por Hermanus Matroos, logo difundiu-se as informações de que “todos os habitantes de cor de Kat River declaram-se contra a Colônia”, de modo que “os habitantes europeus evacuaram o Forte Armstrong – o qual estava nas mãos dos rebeldes nativos e hotentotes” (*Graham's Town Journal*, 28/01/1851, p. 2). Ao final de fevereiro, o editorial reforçava a ideia de que “a formação do assentamento de Kat River sempre pareceu a nós como contendo internamente as sementes da maior injúria, e como agora se vê, essas sementes puderam crescer e se espalhar” (*Graham's Town Journal*, 22/02/1851, p. 2). As raízes do problema residiam no fato de que o assentamento teria se constituído numa comunidade isolada do restante da colônia, de modo que “aqueles que se juntaram ao assentamento com consideráveis propriedades” foram reduzidos “muito rapidamente à condição de indigentes” (*Graham's Town Journal*, 22/02/1851, p. 2).

Em última medida, o editorial contrastava o potencial econômico da região de Kat River, suas terras férteis, com os grupos que foram realocados no assentamento: nativos ou pessoas com “sangue nativo”, cujos “caminhos do barbarismo” teriam assolado a “parte decente da comunidade” (*Graham's Town Journal*, 22/02/1851, p. 2). Por extensão, fica evidente como que, ao lado do discurso racial, uma percepção de classe social encontra-se subjacente no editorial, na medida em que o problema de Kat River consistia no fato de sua população ser composta por “comunidades pobres”, capazes de “produzir desafios aos poderes governantes e um sentimento irritante de inveja quanto àqueles que estão em circunstâncias mais prósperas” (*Graham's Town Journal*, 22/02/1851, p. 2). A solução, na perspectiva do editorial, consistia em desarticular qualquer organização comunitária khoekhoe, caso contrário, “juntos em comunidades”, iriam “cultivar ofensas e perturbar a paz da sociedade” (*Graham's Town Journal*, 12/04/1851, p. 2).

Originalmente descrito como um fenômeno isolado, associado aos grupos revoltosos em tornos de Hermanus Matroos, o movimento gradativamente passa a ser visto como resultante de um esforço coletivo: daí a designação, recorrente nos meses seguintes, da “revolta hotentote”, reforçando um discurso racial na caracterização de um movimento, que era, como se viu, socialmente diversificado e culturalmente heterogêneo. A tonalidade adotada pelo *Graham's Town Journal* era inegavelmente favorável às aspirações do colonato branco da região, em especial ao caracterizar as demandas dos khoekhoe por terras com base em direitos históricos como “um absurdo”, visto que por terem “tanto sangue europeu quanto hotentote nas suas veias” seria impossível “encontrar um hotentote puro-sangue em toda a comunidade” (*Graham's Town Journal*, 01/03/1851, p. 2), impossibilitando, nessa lógica, uma referência ao direito ancestral à terras. Contudo, mesmo que representando um ponto de vista do colonato local, as páginas do *Graham's Town Journal* possibilitam perceber, cá e acolá, marcas dos “testemunhos involuntários” (Bloch, 2002): afinal de contas, em algumas das suas edições, o jornal publicou manifestos e cartas enviadas por membros do movimento revoltoso, muito possivelmente com a intenção de fornecer aos seus leitores as evidências circunstanciadas das motivações da revolta.

Observando as entrelinhas desses documentos, é possível perceber rastros fragmentários dos protagonismos e das arenas de lutas sociais que os moradores de Kat River estavam envolvidos naquele contexto. Dois exemplos podem ser elucidativos dessas questões.

O primeiro deles foi publicado nas páginas do *Graham's Town Journal* no início de março de 1851, momento em que diversos envolvidos na revolta foram presos em Forte Hare, incluindo uma das principais lideranças, Andries Botha. O documento transcrito, supostamente produzido por missionários vinculados à London Missionary Society em interação com os khoekhoe de Kat River, apresenta um relato do que “os hotentotes eram quando os Britânicos tomaram conta da Colônia” (*Graham's Town Journal*, 01/03/1851, p. 2): o documento descreve, de forma elogiosa, o processo de assimilação dos khoekhoe à sociedade colonial, em especial por meio da educação cristã e da adoção de valores europeus (notadamente pelo abandono da poligamia); adicionalmente, caracteriza a criação do assentamento de Kat River, pelo governo colonial, como uma “manobra política para a defesa e a proteção deste lado da fronteira” e como uma forma de compensação “pela perda do imenso território dos seus ancestrais” (*Graham's Town Journal*, 01/03/1851, p. 2). Mesmo que demarcando o discurso missionarista, que, como se viu, foi constantemente mobilizado e ressignificado em diversos movimentos liderados pelos khoekhoe na defesa de seus direitos, o documento também aponta para um certo sentido de pertencimento ancestral às terras, compreendendo a criação do assentamento de Kat River como resultado do direito consuetudinário, fundamentado no uso coletivo da terra e justificado ideologicamente com base na ideia de aprimoramento moral e religioso.

O segundo documento era uma carta enviada por uma das lideranças da revolta, Willem Uithaalder, para o líder griqua Adam Kok, na tentativa de articular uma aliança política contra as tropas coloniais. O documento foi publicado no *Graham's Town Journal* em outubro, momento em que os conflitos estavam concentrados na região do vale do rio Waterkloof. No documento, Uithaalder apresenta-se como parte da “pobre e oprimida raça Hotentote”, alvo da “opressão pelos colonos britânicos” que levaram a cabo “as mais injustas e opressivas leis, como as leis de vadiagem, com a tendência de derrubar e arruinar o povo de cor e pobre nesse país – um país, o qual nós, enquanto nativos, podemos justamente reivindicar como nossa pátria mãe” (*Graham's Town Journal*, 04/10/1851, p. 3). As razões para a revolta estavam vinculadas às iniciativas tomadas pela comunidade diante da legislação colonial: longe de ser uma irrupção desordenada e impulsiva de violência, como o discurso colonial apresentava a revolta de Kat River, o documento publicado nas páginas do jornal apresenta o movimento como uma luta legítima, voltada a um objetivo claramente definido: a defesa pelas terras e o combate à influência do colonato branco sobre a legislação colonial voltada a tolher os direitos assegurados pelo menos desde a aprovação da Ordenação 50. Para tanto, Uithaalder justificava as alianças promovidas com outros grupos, tais como os xhosa, pois “eles estão ao nosso lado” (*Graham's Town Journal*, 04/10/1851, p. 3). Naquele momento, contudo, estava claro que as dimensões da luta haviam extrapolado, ou até mesmo ultrapassado os limites do assentamento de Kat River: afinal de contas, Uithaalder finaliza sua carta lamentando que “Kat River, nosso lar, e o refúgio de todos os pobres, foi absolutamente arruinado e queimado” (*Graham's Town Journal*, 04/10/1851, p. 3).

Considerações finais

Sob o ponto de vista das autoridades coloniais no Cabo, a formação do assentamento de Kat River no final da década de 1820 visava formar uma “zona tampão”, de modo a proteger a população da colônia de seus vizinhos xhosa, sobretudo em contextos marcados por conflitos nas regiões de fronteiras. Vários fatores, incluindo a percepção de perda de terras e ameaça aos seus direitos assegurados por lei, somada à eclosão de novos conflitos entre as forças coloniais e os xhosa em dezembro de 1850, condicionaram o estopim da “rebelião de Kat River”, momento em que diversas lideranças do assentamento, tais como Hermanus Matroos, Willem Uithaalter, Klaas Nuga e Andries Botha, envolveram-se em uma malfadada luta contra o colonato branco, e em defesa de seus direitos.

Diversas narrativas foram produzidas acerca do movimento revoltoso, dentre as quais, os editoriais do jornal *The Graham's Town Journal*, periódico vinculado aos proprietários britânicos de Grahamstown e que, liderados por Robert Godlonton, tinham amplo interesse na ocupação das terras pertencentes ao assentamento. Daí a ênfase do jornal ao caracterizar o assentamento a partir de um entrecruzamento de elementos de classe e raça, destacando o “barbarismo” de seus moradores e o estado de constante pauperização que se estabeleceu em Kat River. Adicionalmente, e em especial nos primeiros editoriais dedicados a tratar da rebelião, persistente ainda certa ideia de conivência e passividade dos khoekhoe os quais teriam se revoltado em consequência de influências externas, tais como a ação dos missionários.

Entretanto, ao transcrever documentos produzidos pelas lideranças do movimento (tais como a carta de Willem Uithaalter), as páginas do jornal permitem vislumbrar, mesmo que de forma fragmentária, as perspectivas dos envolvidos na rebelião, sobretudo sua percepção acerca da perda de suas terras e direitos. Mesmo sem o objetivo de reverter ou subverter, de forma radical, o sistema colonial em implementação no período, o caso de Kat River evidencia os agenciamentos e protagonismos dos khoekhoe gonaqua e outros grupos envolvidos, ao criarem espaços de luta e oportunidades de reivindicação dos seus direitos.

Referências

- ARMOSTRONG, James C; WORDEN, Nigel. The Slaves, 1652-1834. In: ELPHICK, Richard; GILIOMEE, Hermann (orgs.). *The Shaping of South African Society, 1652-1840*. Wesleyan University Press, 1989.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o ofício do historiador*. São Paulo: Zahar, 2002.
- BRECKENRIDGE, Keith. Power Without Knowledge: Three Nineteenth Century Colonialisms in South Africa. *Journal of Natal and Zulu History*, v. 26, n. 1, p. 3-30, 2008.
- CARLINE, Katie. *Undefeated Ambition in a Unsympathetic Empire: The Kat River Settlement in the Cape Colony, 1853-1872*. Dissertação de Mestrado. Nova Scotia: Dalhousie University, 2015.
- ELBOURNE, Elizabeth. ‘The fact so often disputed by the black man’: Khoekhoe citizenship at the Cape in the early to mid nineteenth century. *Citizenship Studies*, v.7, n. 4, p. 379-400, 2003.
- ELPHICK, Richard; MALHERBE, V. C. The khoisan to 1828. In: ELPHICK, Richard; GILIOMEE, Hermann (orgs.). *The Shaping of South African Society, 1652-1840*. Wesleyan University Press, 1989.
- HARLINGTON, M. A. The Graham's Town Journal: its Founding, Early History and Influence. *South African Historical Journal*, v. 1, n. 1, 1969, p. 15-28.
- KIRK, Tony. Progress and Decline in the Kat River Settlement, 1829-1854. *Journal of African History*, v. 14, n. 3, p. 411-428, 1973.
- LEGASSICK, Martin; ROSS, Robert. From Slave Economy to Settler Capitalism: The Cape Colony and its Extensions, 1800-1854. In: HAMILTON, Carolyn; MBENGA, Bernard; ROSS, Robert (orgs.). *The Cambridge History of South Africa: From Early Times to 1885*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MAGUBANE, Zine. Labour Laws and Stereotypes: Images of the Khoikhoi in the Cape in the Age of Abolition. In: PALMBERG, Mai. *Encounter Images in the Meetings between Africa and Europe*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2001.

MALHERBE, Vertrees. *The Cape Khoisan in the Eastern Districts of the Colony before and after Ordinance 50 of 1828*. Tese de Doutorado em História. Cidade do Cabo: University of Cape Town, 1997.

MARKS, Shula. Khoisan resistance to the Dutch in the seventeenth and eighteenth centuries. *The Journal of African History*, v. 13, n. 1, p. 55-80, 1972.

MUDIMBE, Valentin Y. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

PEIRES, Jeffrey. *The Dead will Arise: Nongqawuse and the great xhosa cattle killing 1856-7*. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

ROSS, Robert. The Kat River Rebellion and Khoikhoi Nationalism: The Fate of an Ethnic Identification. *Revista Kronos*, n. 24, p. 91-105, 1997.

STAPLETON, Tim. "Valuable, Gallant and Faithful Assistants": The Fingo (or Mfengu) as Colonial Military Allies during the Cape-xhosa Wars, 1835-1881. In: MILLER, Stephen (org.). *Soldiers and Settlers in Africa, 1850-1918*. Leiden: Brill, 2009.

WALDMAN, Linda. *The Griqua Conundrum: Political and Socio-cultural Identity in the Northern Cape, South Africa*. Peter Lang: Oxford, 2007.

WRIGHT, John. Sonqua, Bosjesmans, Bushmen, abaThwa: Comments and Queries on Pre-Modern Identifications. *South African Historical Journal*, v. 35, n. 1, p. 16-29, 1996.

Fontes:

BARROW, John. *An account of travels into the interior of southern Africa, in the years 1797 and 1798*. Londres: Cadell and Davies, 1801.

FAIRBARN, John. *Papers Relative to the Establishment of a Representative Legislature at the Cape of Good Hope*. Londres: Trelawney Saunders, 1851.

GODLONTON, Robert. *A Narrative of the Irruption of the Kafir Hordes into the Eastern Province of the Cape of Good Hope*. Grahamstown: Meurant & Godlonton, 1836.

GODLONTON, Robert. *Sketches of the Eastern Districts of the Cape of Good Hope, as they are in 1842*. Grahamstown: Graham's Town Journal, 1842.

Fontes periódicas:

"R.G." [Robert Godlonton]. Original correspondence: the Kat River Settlement. *The Graham's Town Journal*, 09 de junho de 1832, p. 2.

Editorial. *The Graham's Town Journal*, 20 de dezembro de 1850, p.2.

Notice. *The Graham's Town Journal*, 04 de janeiro de 1851, p. 1.

Death of the Rebel Chief Hermanus. *The Graham's Town Journal*, 11 de janeiro de 1851, p. 3.

Editorial. *The Graham's Town Journal*, 25 de janeiro de 1851, p.2.

Kat River. *Extra to The Graham's Town Journal*, 28 de janeiro de 1851, p. 2

Editorial. *The Graham's Town Journal*, 22 de fevereiro de 1851, p. 2

Editorial. *The Graham's Town Journal*, 12 de abril 1851, p. 2.

Kat River Settlement. *The Graham's Town Journal*, 01 de março de 1851, p. 2.

Kat River Settlement. *The Graham's Town Journal*, 01 de março de 1851, p. 2.

The Hottentot Rebellion. *The Graham's Town Journal*, 04 de outubro de 1851, p. 3.

Submetido em: 22/10/2023
Aceito em: 10/07/2025